O Tecido Invisível da Opressão: Uma Análise do Racismo Estrutural e suas Manifestações no Cotidiano Brasileiro

Autor: Gerson Carlos Tiburcio

RESUMO

O racismo contemporâneo no Brasil frequentemente é reduzido pela esfera jurídica tradicional e pelo senso comum a manifestações isoladas de preconceito moral ou a conflitos interpessoais. O objetivo deste artigo é desmistificar essa visão superficial, investigando o fenômeno sob a lente das ciências sociais como uma estrutura sistêmica, organizadora e institucional que dita a distribuição assimétrica de poder e dignidade na sociedade. Por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa e transdisciplinar, ancorada em conceitos de racismo estrutural, violência simbólica e necropolítica, o trabalho analisa como as macroestruturas de dominação se traduzem em microviolências e dinâmicas excludentes no cotidiano. São discutidos exemplos empíricos reais, tais como o viés inconsciente no mercado de trabalho, a epistemologia da suspeição em espaços de consumo, a negligência e assimetria no tratamento de saúde pública, além do perigo físico e letal derivado do perfilamento racial na segurança pública. Conclui-se que a experiência de ser negro no país é marcada por um desgaste psíquico crônico e por uma vulnerabilidade biológica constante, evidenciando que o desmonte dessa engrenagem exige transformações radicais e políticas institucionais profundas que transcendam a mera conscientização individual.
Palavras-chave: Racismo Estrutural. Cotidiano. Necropolítica. Violência Simbólica. Desigualdade Racial.

ABSTRACT

Contemporary racism in Brazil is often reduced by the traditional legal sphere and common sense to isolated manifestations of moral prejudice or interpersonal conflicts. The objective of this article is to demystify this superficial view, investigating the phenomenon through the lens of social sciences as a systemic, organizing, and institutional structure that dictates the asymmetric distribution of power and dignity in society. Through a qualitative and transdisciplinary literature review, anchored in concepts of structural racism, symbolic violence, and necropolitics, this study analyzes how macro-structures of domination translate into micro-violences and exclusionary dynamics in daily life. Real empirical examples are discussed, such as unconscious bias in the labor market, the epistemology of suspicion in consumer spaces, negligence and asymmetry in public healthcare, and the physical and lethal danger derived from racial profiling in public security. It is concluded that the experience of being black in the country is marked by chronic psychological distress and

constant biological vulnerability, showing that dismantling this mechanism requires radical transformations and profound institutional policies that transcend mere individual awareness.
Keywords: Structural Racism. Daily Life. Necropolitics. Symbolic Violence. Racial Inequality.

1. Introdução

O racismo, historicamente negligenciado pelo senso comum e frequentemente reduzido pelas esferas jurídicas tradicionais a meras manifestações patológicas de preconceito individual ou a conflitos interpessoais isolados, demanda uma redefinição epistemológica urgente no escopo das ciências sociais contemporâneas. A frequência em enxergar o fenômeno sob a lente exclusiva da moralidade ou da disfunção psíquica individual atua, paradoxalmente, como um anteparo ideológico que mascara a sua verdadeira natureza: uma tecnologia de poder de caráter sistêmico, pervasivo e ordenador das relações sociais, econômicas e políticas. Conforme postula Almeida (2019), o racismo não deve ser compreendido como uma anormalidade ou um desvio em uma sociedade supostamente saudável; ao contrário, ele constitui o elemento funcional e basal que confere normalidade e estabilidade às estruturas jurídicas, institucionais e econômicas vigentes. Portanto, o racismo em sua dimensão "verdadeira" e profunda é intrinsecamente estrutural, operando como uma matriz de dominação que distribui privilégios, recursos e vulnerabilidades de forma assimétrica, utilizando a raça como o critério primordial de estratificação e desumanização.

A gênese dessa complexa engrenagem no cenário brasileiro está umbilicalmente ligada à herança colonial-escravocrata e à subsequente modernização conservadora do país. A abolição formal da escravidão em 1888, longe de representar uma ruptura democrática ou a concessão de uma cidadania plena, configurou-se como uma transição tutelada que empurrou a população negra recém-liberta para as margens geográficas, econômicas e jurídicas da sociedade. Esse processo de exclusão deliberada e institucionalizada foi teoricamente obscurecido, ao longo do século XX, pelo advento do que Gilberto Freyre inaugurou e Fernandes (1965) posteriormente denunciou como o "mito da democracia racial". Essa construção ideológica, ao romantizar a miscigenação e decretar a inexistência de barreiras raciais legais no Brasil, operou como um sofisticado mecanismo de controle social. Sob o manto de uma falsa harmonia integradora, o racismo brasileiro refinou-se, abrindo mão de aparatos de segregação explícita — como o *Apartheid* sul-africano ou as leis *Jim Crow* norte-americanas — para se diluir nas práticas burocráticas, na cultura nacional e nas estruturas do Estado, convertendo-se em uma forma perversa de violência simbólica (BOURDIEU, 1989).

No cotidiano real e imediato, essa opressão estrutural não carece de discursos de ódio explícitos para produzir a sua eficácia segregadora; ela se materializa na automaticidade de dinâmicas aparentemente banais que regem a vida urbana. Fenômenos que permeiam a experiência diária do corpo negro na

sociedade brasileira — tais como a vigilância ostensiva e a suspeição sistemática em espaços de consumo, os filtros invisíveis que bloqueiam a ascensão no mercado corporativo através de conceitos ambíguos de "boa aparência", as assimetrias e violências obstétricas no sistema de saúde e o racismo linguístico enraizado no vocabulário popular — constituem sintomas empíricos de uma estrutura profunda. Essas microviolências cotidianas evidenciam que a raça opera como um marcador ontológico *a priori*, o qual dita quem possui o direito à circulação, à dignidade, à representação e, no limite, à própria vida, atualizando constantemente o que Mbembe (2018) conceitua como necropolítica: a soberania estatal e social baseada no poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer.

Diante do exposto, o presente artigo propõe uma investigação analítica, qualitativa e transdisciplinar acerca das engrenagens do racismo estrutural no Brasil contemporâneo, buscando decodificar a transição entre a macroestrutura de opressão e a sua reprodução nas microrelações diárias. Justifica-se a relevância científica desta pesquisa pela necessidade premente de desmistificar a pretensa neutralidade das instituições brasileiras e de fornecer subsídios teóricos para o desmonte de práticas discriminatórias naturalizadas. Para tanto, o estudo ampara-se no cruzamento da teoria crítica racial com dados sociológicos e demográficos atuais, estruturando-se a partir da análise empírica do cotidiano como chave de leitura para a compreensão das estruturas de poder que limitam e moldam a subjetividade e a existência da população negra no país.

2. Desenvolvimento: A Materialização do Racismo Estrutural no Cotidiano

Para compreender o racismo em sua totalidade, é imperativo analisar como as macroestruturas políticas e econômicas se traduzem em microviolências e dinâmicas excludentes no tecido social diário. O racismo estrutural não necessita de um "agente agressor" consciente para se perpetuar; ele se manifesta na automaticidade das instituições e nas subjetividades moldadas por séculos de hierarquização racial. A seguir, discute-se como essa engrenagem opera em dimensões fundamentais da vida cotidiana, evidenciando por que viver de maneira espontânea constitui um desafio imposto especificamente a esse grupo social.

2.1. O Mercado de Trabalho, Consumo e o "Direito de Estar"

A disparidade racial no ambiente corporativo e no mercado de trabalho formal é uma das evidências mais nítidas do racismo institucional. Embora a população negra componha a maioria da força de trabalho no Brasil, ela permanece massivamente sub-representada em cargos de liderança. Essa exclusão é frequentemente justificada pelo discurso meritocrático, que ignora as barreiras históricas de acesso e os vieses de contratação.

Experimentos sociais e pesquisas de recrutamento demonstram o fenômeno do "viés inconsciente" ou discriminação a priori. Currículos idênticos em termos de formação acadêmica recebem taxas de resposta drasticamente menores

quando contêm fotografias de pessoas negras ou quando os candidatos residem em periferias geograficamente associadas a essa população. Exigências desproporcionais para vagas de nível técnico ou inicial — como a fluência em múltiplos idiomas estrangeiros ou vivência internacional — funcionam como filtros invisíveis de classe e raça, blindando os espaços de poder econômico para o grupo racial dominante.

Paralelamente, o direito à cidade e a livre circulação em espaços de consumo são marcados por fronteiras raciais invisíveis, mas rigidamente fiscalizadas. Fanon (1961), ao analisar o mundo colonial, descreveu-o como um espaço compartimentado. No cenário urbano contemporâneo, essa compartimentação se traduz na presunção automática de inadequação do corpo negro fora de seus territórios historicamente demarcados.

Enquanto realizar atividades básicas como entrar em uma loja de grife para pesquisar preços ou caminhar por um supermercado exige de uma pessoa branca apenas o esforço inerente à própria ação, para uma pessoa negra, o ato de "olhar vitrines" torna-se um fator de risco. Existe a necessidade constante de adotar comportamentos defensivos para mitigar a "epistemologia da suspeição": não colocar as mãos nos bolsos, manter as mãos visíveis, exigir e guardar a nota fiscal de absolutamente tudo o que compra e evitar passar muito tempo no mesmo corredor para não atrair a escolta ostensiva de agentes de segurança privada. Viver "como os outros" aqui significaria consumir sem precisar provar a própria honestidade a todo instante.

2.2. A Hipervigilância, Mobilidade e a Síndrome do Intruso

A disparidade comportamental imposta estende-se para a mobilidade urbana ordinária. Atividades cotidianas como voltar para casa à noite após a faculdade, correr na rua para não perder o transporte público ou caminhar por um bairro nobre utilizando roupas casuais (como um moletom com capuz) são atravessadas pela raça. Para a pessoa negra, correr na rua pode ser interpretado por moradores ou forças policiais como fuga após o cometimento de um ato ilícito. O uso de capuz ativa o protocolo invisível da "atitude suspeita". Ser parado em blitze policiais e ter que efetuar movimentos milimetricamente calculados com as mãos para evitar desfechos trágicos constitui uma rotina de desgaste crônico.

Esse fenômeno estende-se à ascensão financeira, gerando o que a literatura sociológica identifica como o estranhamento diante do corpo negro em espaços de prestígio. O sucesso financeiro e profissional do indivíduo negro é constantemente questionado pela estrutura social. Ao chegar ao condomínio de luxo onde reside, é frequentemente confundido com um prestador de serviços ou motorista de aplicativo, sendo direcionado de forma automática para a entrada de serviço. Em hotéis de alta rotatividade e aeroportos, os olhares de estranhamento e as exigências adicionais de identificação por parte do funcionalismo operam como um lembrete violento de que aquele espaço de privilégio econômico não foi projetado para sua presença.

Ocorre, portanto, o que a psicologia social denomina de estresse de minoria decorrente de uma hipervigilância psíquica: o indivíduo gasta uma quantidade massiva de energia vital calculando seus passos para antecipar e mitigar o preconceito alheio, impedindo-o de simplesmente "existir" com a leveza e

espontaneidade concedidas à branquitude.

2.3. A Dimensão do Perigo: A Vulnerabilidade Letal e a Necropolítica

Para além do desgaste cognitivo e emocional da vigilância social, a experiência de ser negro em território brasileiro é atravessada pelo perigo iminente de morte. O racismo estrutural opera uma distorção cognitiva na sociedade que associa de forma direta o fenótipo negro à criminalidade, à periculosidade e à marginalidade. Essa associação criminosa transforma atos banais em situações de alto risco biológico, materializando as teses de Mbembe (2018) sobre a necropolítica, na qual o Estado e o tecido social determinam quais corpos são passíveis de proteção e quais são tratáveis como ameaças elimináveis.

O braço armado do Estado atua de forma decisiva nessa engrenagem por meio do "perfilamento racial" institucionalizado. Relatórios anuais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstram de forma inequívoca que a ampla maioria das vítimas da letalidade policial no Brasil é composta por homens jovens e negros. O perigo reside na assimetria da abordagem: movimentos simples, como retirar o telefone celular do bolso ou alcançar uma carteira de identidade, são frequentemente interpretados por agentes de segurança como uma reação armada iminente, resultando em disparos letais posteriormente justificados por legítima defesa presumida.

O perigo emana também da própria sociedade civil organizada sob o viés racista, traduzido em episódios de justiçamento popular, agressões e perseguições baseadas unicamente na denúncia infundada de suspeição. O racismo anula a presunção jurídica de inocência; o indivíduo negro é considerado culpado até que prove o contrário, e esse processo de verificação frequentemente ocorre sob violência física.

Ademais, a tolerância estatal a táticas de guerra e operações armadas em territórios periféricos estende o perigo para o interior das residências e das escolas públicas, onde o fenômeno das chamadas "balas perdidas" ceifa vidas negras de forma recorrente, evidenciando uma geografia urbana racializada onde o nível de violação aceitável difere drasticamente daquele aplicado aos bairros de elite.

Por fim, o próprio sistema penal replica esses vieses, operando com celeridade nas prisões preventivas prolongadas baseadas exclusivamente em reconhecimentos fotográficos falhos e induzidos em sede policial, demonstrando que ser negro é perigoso para a própria garantia da liberdade individual.

2.4. A Violência no Sistema de Saúde e a Violência Simbólica na Cultura

O racismo estrutural também dita o acesso à preservação da integridade física no âmbito da saúde. Resquícios das teorias do racismo científico do século XIX ainda contaminam a prática médica contemporânea por meio de vieses diagnósticos e mitologias coloniais. Dados epidemiológicos apontam consistentemente que mulheres negras grávidas recebem menos anestesia durante o parto e passam por menos consultas de pré-natal em comparação a mulheres brancas na mesma condição socioeconômica. O fundamento

subjetivo por trás dessa negligência institucional é a persistência do mito de que corpos negros possuem uma resistência física inata superior e suportariam melhor a dor física — uma desumanização com reflexos diretos nos índices de mortalidade materna.

Na esfera cultural, a linguagem opera como um repositório da dominação colonial. A violência simbólica (Bourdieu, 1989) se perpetua quando expressões, piadas e metáforas que associam o negro à inferioridade ou à maldade são naturalizadas no vocabulário comum. Expressões corriqueiras como "serviço de preto" (trabalho mal feito), "a coisa tá preta" (situação caótica) ou "denegrir" (manchar uma reputação) operam no nível subconsciente reforçando a associação da negritude a valores negativos. Da mesma forma, a classificação de cabelos crespos como "cabelo ruim" ou "desleixado" em ambientes escolares e corporativos impõe um padrão estético eurocêntrico coercitivo, violando a identidade, a autoestima e a saúde mental da população negra desde a infância.

3. Conclusão e Considerações Finais

A investigação proposta ao longo deste artigo demonstra que o racismo na sociedade brasileira contemporânea ultrapassa as barreiras da injúria verbal ou do preconceito moral interindividual. O "verdadeiro racismo", conforme sustentado pela literatura sociojurídica e evidenciado pelas dinâmicas empíricas do cotidiano, constitui uma engrenagem estrutural, sistêmica e institucional. Ele atua como um princípio organizador da sociedade, cuja principal função é a distribuição assimétrica de poder, recursos, dignidade e, fundamentalmente, do direito à integridade física e à sobrevivência biológica.

A análise das microviolências diárias revelou o imenso custo psíquico imposto à população negra pela necessidade de gerenciar uma constante hipervigilância. Viver "como todas as pessoas vivem" — ou seja, usufruir da espontaneidade, da presunção de inocência e do direito ao consumo e à mobilidade urbana sem a obrigação de provar o próprio valor e honestidade a cada passo — é um privilégio concedido exclusivamente à branquitude. Para o corpo negro, o cotidiano é um espaço de constante negociação e autodefesa psíquica contra a epistemologia da suspeição que o criminaliza *a priori*.

Mais grave ainda, este estudo evidenciou que ser negro no Brasil carrega uma dimensão de perigo biológico iminente. O atravessamento da necropolítica nas forças de segurança pública e o perfilamento racial institucionalizado convertem o fenótipo negro em um marcador de letalidade. Seja sob o risco das abordagens policiais violentas, da tolerância estatal às operações de guerra em territórios periféricos, do justiçamento popular ou dos erros crônicos de reconhecimento do sistema judiciário, a vulnerabilidade física do cidadão negro expõe que a democracia racial no país permanece uma ficção ideológica.

Conclui-se, portanto, que o combate efetivo ao racismo não pode ser terceirizado para a esfera da conscientização individual ou de reformas superficiais. Desmantelar essa estrutura opressora exige uma transformação radical e sistêmica. Isso perpassa a consolidação e ampliação de políticas públicas de ações afirmativas, o letramento racial obrigatório e contínuo nas esferas de segurança e justiça, a responsabilização civil e criminal de instituições que perpetuam o viés discriminatório e, fundamentalmente, a redistribuição do poder econômico e político. Somente ao implodir as bases

econômicas e institucionais que normalizam a exclusão e a morte do povo negro será possível construir um horizonte verdadeiramente democrático e universal.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.